



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM JURÍDICA

José Vagner da Silva

**A POSIÇÃO DO ADJETIVO NO INTERIOR DO SINTAGMA NOMINAL EM UM
PROCESSO JUDICIAL OITOCENTISTA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE
VARIACIONISTA**

Belo Horizonte
2023

José Vagner da Silva

A POSIÇÃO DO ADJETIVO NO INTERIOR DO SINTAGMA NOMINAL
EM UM PROCESSO JUDICIAL OITOCENTISTA:
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE VARIACIONISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós- graduação em Linguagem Jurídica, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Linguagem Jurídica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Cristina de Brito Rumeu.

Belo Horizonte
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
ESPECIALIZAÇÃO EM LINGUAGEM JURÍDICA

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - JOSÉ VAGNER DA SILVA

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.

Nome do(a) aluno(a): José Vagner da Silva

Matrícula: 2022667217

Às 11:30 horas do dia 17 de junho de 2023, reuniu-se, na Faculdade de Letras da UFMG, a Comissão Examinadora indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em Linguagem Jurídica, para avaliar, em exame final, o trabalho intitulado "A POSIÇÃO DO ADJETIVO NO INTERIOR DO SINTAGMA NOMINAL EM UM PROCESSO JUDICIAL OITOCENTISTA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE VARIACIONISTA", como requisito final para obtenção do Grau de Especialista em Linguagem Jurídica. Abrindo a sessão, a Comissão Examinadora, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Em seguida, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profª. Dra. Ana Larissa Adorno Marciotto indicou a aprovação do candidato;

Profª. Dra. Monique Vieira Miranda indicou a aprovação do candidato.

Pelas indicações, o candidato foi aprovado.

Nota 95,00

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca. Nada mais havendo a tratar, a banca encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

O trabalho atende aos requisitos do Curso de Especialização em Linguagem Jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Larissa A Marciotto Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 18/06/2023, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Vieira Miranda, Usuária Externa**, em 19/06/2023, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2394119** e o código CRC **87B652E7**.

À minha mãe, família e amigos, dedico.

“Quando eu morder a palavra, por favor, não me apressem; quero mascar, rasgar entre os dentes, a pele, os ossos, o tutano do verbo, para assim versejar o âmago das coisas.”

Conceição Evaristo

Resumo

Não é apenas na pronúncia ou na escolha de diferentes palavras que nomeiam os mesmos objetos no mundo que a língua varia. Além dos níveis fonético/fonológico e lexical, a língua está sujeita aos processos de variação e mudança linguísticas nos domínios semântico, discursivo e morfossintático. A alternância de colocação do adjetivo no interior do sintagma nominal (SN) em estruturas do tipo 1) *rapaz bom* e 2) *bom rapaz*, configura uma regra variável de natureza morfossintática no português brasileiro, por exemplo. O presente trabalho tem o objetivo de descrever/identificar a variabilidade de posição do adjetivo no interior do SN com base na análise dos autos de um processo de execução entre partes datado de 1821, à luz da Teoria da Variação e da Mudança Linguística de orientação Laboviana (LABOV, 2008). O processo de execução oitocentista editado por Amaral (2021) constitui a amostra da qual os dados foram levantados. Mais precisamente, tomamos como suporte para a análise os 20 fólios iniciais do documento, de modo a desenvolver uma análise qualiquantitativa preliminar acerca do comportamento variável do adjetivo no contexto adnominal em um texto jurídico de sincronia passada. De modo geral, vimos que a posposição do adjetivo se sobressaiu ligeiramente em relação à anteposição, mas que a alternância representada por ADJ-SUBT/SUBST-ADJ foi atestada por acirrada variação entre os dados. Notamos, ainda, que a variação acirrada entre anteposição e posposição do adjetivo pode ter sido condicionada por diferentes fatores, como a época em que o processo foi escrito e o tipo de texto sob análise, o que merece ser descrito e averiguado em análises futuras.

Palavras-chave: adjetivo; anteposição; morfossintaxe; posposição; variação.

Abstract

It is not only in the pronunciation or in the choice of different words that name the same objects in the world that the language varies. Apart from the phonetical/phonological and lexical levels, the language is subject to the process of variation and linguistic changes in the semantic, discursive and, also, morphosyntactic domains. The alternation of adjective collocation inside of the noun phrase (NP) in structures of type 1) *rapaz bom* and 2) *bom rapaz* sets up a variable rule of a morphosyntactic nature multifaceted in the Brazilian Portuguese. The present work aims to describe/identify the variability of the position of the adjective in the interior of the NP based on the analysis of the proceedings of an execution process between parts dated from 1821, in light of the variation theory and the linguistic change of Labovian orientation (LABOV, 2008). The process of execution of the nineteenth century edited by Amaral (2021) constitute the sample from which the data were collected. More specifically, we took as a support to the analysis the twenty initial folios of the document, in order to develop a preliminary qualitative analysis about the variable behavior of the adjective in the adnominal context in a legal text of a past synchrony. In general, we saw that the post-position of the adjective stood out slightly in relation to the anti-position, but that the alternation represented by ADJ-NOUN/NOUN-ADJ has been certified by a fierce variation between the data found. We noticed, also, that the fierce variation between the anti-position and the post-position of the adjective could have been conditioned by different factors, as the epoch which the process was written and the text type under analysis, which deserve be described and examined in future analysis.

Keywords: adjective; anti-position; morphosyntax; post-position; variation.

SUMÁRIO

Considerações iniciais	8
1. A ordenação do adjetivo em contexto adnominal: a perspectiva da prescrição gramatical.....	10
2. A ordenação do adjetivo em contexto adnominal: a perspectiva da descrição gramatical.....	12
3. A ordenação do adjetivo em contexto adnominal: a perspectiva da sociolinguística variacionista.	14
4. A teoria e o método: a perspectiva da sociolinguística variacionista.	16
5. A amostra: os autos de um processo judicial oitocentista.....	18
6. A ordenação do adjetivo em contexto adnominal: uma breve análise dos autos de um processo judicial oitocentista.....	21
Considerações finais.....	23
Referências bibliográficas.....	24

A posição do adjetivo no interior do sintagma nominal em um processo judicial oitocentista: uma proposta de análise variacionista

Considerações iniciais

Em geral, a ordem que as palavras podem assumir no interior das sentenças e dos sintagmas que as constituem suscita debates entre as diferentes vertentes de investigação da ciência linguística. Do senso comum, talvez seja mais aceitável a ideia de que há uma fixidez absoluta que se deve seguir em todos os níveis da sentença. Assim como a ordem “natural” para a construção de uma oração parece ser sempre a de SUJEITO+VERBO+COMPLEMENTO, a construção de sintagmas também parece obedecer a uma estrutura bastante estática.

É verdade que nosso sistema linguístico não admite que o núcleo de um sintagma nominal (SN) qualquer anteceda o seu determinante, já que uma construção do tipo *menino O correu** ao invés de *O menino correu* é agramatical no português brasileiro (PB), por exemplo. Mas nem tudo é assim, ou isso ou aquilo. Um exemplo de que a colocação de certas palavras dentro dos sintagmas é mais dinâmica do que se pode imaginar é a posição variável do adjetivo no interior do SN, como observamos nos exemplos¹ abaixo:

1. Ele é um **rapaz bom**.
2. Ele é um **bom rapaz**.

Na primeira oração, o adjetivo aparece posposto ao nome que qualifica; enquanto, na segunda, aparece anteposto ao substantivo, e parece especificá-lo em relação ao traço de magnanimidade (caridade). O que explica essa mudança de posição do adjetivo nos dois SNs? Trata-se, apenas, de uma questão de escolha/estilo? O adjetivo muda de significado conforme a posição que assume no interior de cada um desses sintagmas? Todos os adjetivos podem vir antepostos ou pospostos ao nome? Essas são apenas algumas perguntas com as quais nos deparamos diante do tema. A essa altura,

¹ Exemplos dados pelos próprios autores.

já é possível notar que nosso interesse recai, então, sobre a alternância em relação às posições pós/pré-nominal do adjetivo no SN.

Mais precisamente, o objetivo principal deste artigo é descrever/identificar a variabilidade de posição do adjetivo no interior do SN com base na análise dos autos de um processo de execução entre partes de 1821, editado por Amaral (2021). Como hipótese, prevemos a possibilidade de entrever não só a variação no âmbito da alternância ADJ-SUBT/SUBST-ADJ, mas também de elencar evidências, ainda que esporádicas (em algum nível), da anteposição do adjetivo, considerando a retração da anteposição do adjetivo adnominal a partir do século XVIII, conforme discutido por Callou e Rumeu (2021) à luz de Serra (2005).

A nossa amostra é constituída pelos autos do processo de execução entre partes movido pelo Capitão Antonio da Silva Prado, tendo em vista o fato de o Sargento mor Ignacio de Araújo Ferraz Prado ter proposto novo imposto² de meia sisa dos escravos ladinos em São Paulo em virtude da obtenção de uma carta de sentença anterior ao processo em questão e do seu não repasse ao Capitão (AMARAL, 2021).

Os dados serão analisados à luz da Teoria da Variação de orientação Laboviana (LABOV, 2008), conduzidos pela ideia de que o social tende a impulsionar o linguístico, configurando as análises no âmbito da sociolinguística variacionista. O método de análise dos dados será o qualiquantitativo com base num breve levantamento dos SNs, a partir dos quais seja possível evidenciarmos a posição do adjetivo (posposto ou anteposto) em relação ao substantivo e as evidências de anteposição, considerando que estão em análise os 20 fólios iniciais de uma fonte do português escrito no Brasil da primeira metade do século XIX.

Este artigo está organizado em seis seções. Inicialmente, voltamo-nos a uma breve descrição da perspectiva da tradição gramatical em relação à colocação do adjetivo no contexto adnominal e à descrição da regra variável em questão a partir dos resultados de estudos já desenvolvidos sobre o tema. Na sequência, passamos a uma breve descrição dos parâmetros teórico-metodológicos da Teoria da Variação no âmbito da sociolinguística variacionista. Apresentamos a caracterização da amostra de dados que permitiu a análise desenvolvida e seguimos para a discussão dos principais resultados

² Cabe ao imposto de meia sisa o recolhimento de 5% sobre as transações comerciais relacionadas aos escravos ladinos, cf. o Alvará de 03.06.1809, cf. Amaral (2021).

quantitativos. Por fim, passamos às breves generalizações acerca da ordem do adjetivo no SN em amostra histórica oitocentista.

1. A ordenação do adjetivo em contexto adnominal: a perspectiva da prescrição gramatical.

Para recorrer ao conhecimento linguístico fornecido pela tradição gramatical sobre a ordenação do adjetivo em contexto adnominal, tomemos como exemplar a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2016). Nela, os autores apresentam uma definição de adjetivo fincada em critérios sintáticos, semânticos e morfológicos, como observamos abaixo (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 260):

O adjetivo é essencialmente um modificador do substantivo. Serve:

1.º) para caracterizar os seres, os objetos ou as noções nomeadas pelo substantivo, indicando-lhes:

- a) uma qualidade (ou defeito): inteligência **lúcida**/homem **perverso**
- b) o modo de ser: pessoa **simples**/rapaz **delicado**
- c) o aspecto ou aparência: céu **azul**/vidro **fosco**
- d) o estado: casa **arruinada**/laranjeira **florida**

2.º) para estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência, etc. (adjetivo de relação):

nota **mensal** (= nota relativa ao mês)

movimento **estudantil** (= movimento feito por estudantes)

casa **paterna** (= casa onde habitam os pais)

vinho **português** (= vinho proveniente de Portugal)

Ao definirem o adjetivo como a palavra que tem a propriedade de modificar o substantivo, Cunha e Cintra (2016) fazem referência a um traço de natureza sintática. Já quando afirmam que o adjetivo serve para caracterizar os seres, objetos ou noções nomeadas pelo substantivo, fazem uso de um critério semântico. Por outro lado, ao definirem os adjetivos de relação, fazem referência à forma do adjetivo, oriunda de um substantivo com o qual nomeamos uma “coisa” no mundo (**mensal**/mês; **paterna**/pai). Assim, a definição dada em sua gramática demonstra uma associação entre os critérios sintático, semântico e morfológico na definição da classe dos adjetivos. No entanto, a

definição dada pelos autores não deixa entrever se existem traços/propriedades que distingam mais rigorosamente entre os tipos de adjetivo, isto é, entre aqueles que podem/devem vir antepostos e aqueles que podem/devem vir pospostos no contexto adnominal.

Embora todos os exemplos apresentados na definição de Cunha e Cintra (2016) sejam apenas com adjetivos pospostos ao núcleo do SN, os autores ressaltam que os adjetivos de relação – de natureza classificatória – vêm normalmente pospostos, mas podem vir antepostos ao nome que modificam com uma certa alteração/realce de sentido. Além disso, ao tratarem do emprego do adjetivo, Cunha e Cintra (2016) distinguem apenas entre duas funções sintáticas que podem ser assumidas por ele: a de adjunto adnominal e a de predicativo. No que se refere à função de adjunto adnominal, os autores explicam que o adjetivo pode vir anteposto ou posposto ao núcleo do SN e, posteriormente, fazem uma espécie de classificação dos tipos de adjetivo que podem aparecer antes ou depois do nome.

Antes de passarmos a elucidar como é feita a classificação dos adjetivos em antepostos e pospostos segundo Cunha e Cintra (2016), façamos algumas ressalvas. Para os autores, quando o adjetivo assume a função sintática de adjunto adnominal deve vir mais frequentemente posposto ao nome, uma vez que tende a obedecer a ordem direta das orações declarativas, de modo que o adjetivo assume um valor mais objetivo em relação ao nome que qualifica. São exemplos disso os seguintes sintagmas extraídos da gramática em questão: “noite **escura**”, “dia **triste**”, “rapaz **bom**” e “campos **verdes**”. Contudo, os autores também chamam a atenção para o fato de que a anteposição do adjetivo é uma exigência quando se tem a intenção de realçar o termo que qualifica o substantivo, de modo que o adjetivo anteposto assume um valor mais afetivo/subjetivo sobre aquilo que se caracteriza, conforme os exemplos dados pelos autores: “**escura** noite”, “**triste** dia”, “**bom** rapaz” e “**verdes** campos”.

Para Cunha e Cintra (2016), os adjetivos que vêm normalmente pospostos são os que pertencem aos seguintes grupos:

- Classificatórios (aqueles que fazem referência a uma dada categoria/espécie do substantivo que qualificam): “animal **doméstico**”, “flor **silvestre**”, “água **mineral**”, “deputado **estadual**”.
- Adjetivos que designam forma, dimensão, cor e estado: “terreno **plano**”, “calça **preta**”, “homem **baixo**”, “mamoeiro **carregado**”.

- Adjetivos seguidos de complemento nominal: “um programa **fácil de cumprir**”, “uma providência **necessária ao ensino**”.

Já os adjetivos que vêm antepostos pertencem aos grupos abaixo:

- Superlativos relativos: “**O melhor meio** de ganhar é poupar”, “**O maior castigo** da injúria é havê-la feito”.
- Alguns adjetivos monossilábicos que formam com o substantivo expressões equivalentes a substantivos compostos: “**O pior cego** é o que não quer ver”, “**O menor descuido** pode ser fatal”, “O mar palpita **enorme**”, “**bom dia**”, “**má hora**”.
- Adjetivos que adquiriram sentido especial na posição anteposta: “Nessa ocasião ele era um **simples** escrevente [= um mero escrevente]”, “Este escritor tem um estilo **simples** [= um estilo não complexo].”

Cunha e Cintra (2016), ainda, defendem a tese de que os adjetivos antepostos assumem um sentido figurado na maioria das vezes que os empregamos, conforme os exemplos abaixo:

- “um **grande** homem [= grandeza figurada]”
 “um homem **grande** [= grandeza material]”
 “uma **pobre** mulher [= uma mulher infeliz]”
 “uma mulher **pobre** [= uma mulher sem recursos]”

Como vemos, os autores não fizeram uma classificação dos adjetivos entre aqueles que admitem a anteposição e aqueles que admitem a posposição ao definirem essa classe de palavras, mas se atreveram a fazer uma divisão entre antepostos e pospostos fora da definição de classe. Além disso, Cunha e Cintra (2016) fizeram uma classificação entre adjetivos que podem vir antepostos e pospostos a partir de critérios semânticos, boa parte das vezes.

A seguir, vejamos como o mesmo tema é abordado tomando por base uma gramática descritiva do português brasileiro.

2. A ordenação do adjetivo em contexto adnominal: a perspectiva da descrição gramatical.

Perini (2005), em sua *Gramática descritiva do português*, também procurou definir o que são esse grupo de palavras – que chamamos costumeiramente de adjetivos –, mas a partir da análise do potencial funcional de que ele dispõe, e que o distingue de outros grupos, como os substantivos, por exemplo. O autor se empenhou em definir quais palavras podem ser, de fato, enquadradas na classe dos adjetivos a partir de uma série de traços sintáticos que permitam depreender e diferenciar o potencial funcional da classe adjetiva em relação à substantiva e vice-versa. Para o autor, há uma linha muito tênue entre a classe dos substantivos e a dos adjetivos, de modo que a classificação das palavras em substantivos e adjetivos seja rigorosamente feita com base numa análise do potencial funcional (conjunto de traços sintáticos) que ambas as classes e suas subdivisões possam assumir. Desse modo, o critério para a definição do que pertença ou não à classe dos adjetivos é rigorosamente sintático.

A partir de um levantamento criterioso de traços em diferentes palavras, Perini (2005) chega à conclusão de que há duas subclasses de adjetivos e ambas compartilham os seguintes traços: podem ser complemento do predicado (isto é, predicativo do sujeito para a tradição gramatical), modificadores e predicativo (na tradição gramatical, essa função equivaleria ao predicativo do objeto). Assim, todo adjetivo seria um adjetivo por admitir a seguinte matriz de traços: [+CP, +Mod, +Pv]. Mas, para que se possa entender melhor onde queremos chegar, precisamos ir um pouco além. Os adjetivos 1, que se referem à primeira subclasse de adjetivos definida por Perini (2005), ainda se subdividem em outras quatro subclasses, das quais duas delas – os adjetivos 1c e os adjetivos 1d – apresentam como um de seus traços a propriedade de ocorrer como pré-núcleo [+PN].

Esse último traço representa a capacidade que algumas palavras adjetivas têm de aparecer antes do núcleo do SN, o que significa dizer que Perini (2005) propõe uma definição da classe dos adjetivos bastante refinada quando comparada à definição apresentada por Cunha e Cintra (2016), uma vez que o autor consegue estabelecer entre as subclasses quais grupos de adjetivos aceitam o traço [+PN] e podem, assim, assumir uma posição pré-nuclear no contexto adnominal. Portanto, já a partir de Perini (2005) notamos que há razões de natureza sintática e também lexical, o fato do adjetivo ter ou não a propriedade de ocorrer como [+PN] no interior do SN, que ajudam a distinguir entre adjetivos que admitem ou não a anteposição na função adnominal.

Tomando por base o modo como a posição do adjetivo no interior do SN é abordada em um exemplar da tradição gramatical e em um exemplar de uma gramática

descritiva do português, passemos à análise da variável sob a ótica de estudos variacionistas já desenvolvidos sobre o tema.

3. A ordenação do adjetivo em contexto adnominal: a perspectiva da sociolinguística variacionista.

Com o objetivo de recorrer ao conhecimento linguístico fornecido por estudos variacionistas sobre a posição variável do adjetivo no SN, tomemos como ponto de partida o trabalho de Callou *et. al.* (2003).

Nesse estudo, os autores decidem verificar como é feita a colocação do adjetivo no SN ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, e buscam, paralelamente, identificar em que momento a posição do adjetivo se tornou mais ou menos fixa no contexto adnominal. Trata-se de uma análise quantitativa que compara amostras de dados de língua escrita em sincronias passadas – um estudo diacrônico, portanto. A investigação da variável é feita com base em amostras constituídas de textos representativos do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB), tais como documentos notariais do século XVII, cartas do comércio do século XVIII, editoriais, anúncios dos séculos XIX e XX e revistas do século XX.

Callou *et. al.* (2003) partiram de quatro hipóteses sintático-semânticas básicas acerca da variável analisada:

- Tipo do adjetivo – procuram confirmar se a anteposição do adjetivo é mais frequente com os chamados adjetivos avaliativos do que com os descritivos/classificatórios:

“pelas notícias que tenho tido sei q tem feito **bom** negocio” (C. Comércio/XVIII)

- Natureza semântica do núcleo do SN – partem da ideia de que a anteposição do adjetivo se dá, na maioria das vezes, quando o núcleo do SN é abstrato:

“A Sumaca Nacional boa **hora** de muito boas **qualidades**, há de sahir com o primeiro Comboi” (Jornal do Commercio/XIX)

- Base do adjetivo – estipulam que os adjetivos de base participial apareçam mais frequentemente pospostos:

“o Réveillon mais **esperado** da História” (ÉPOCA/XX)

- Dimensão em relação ao substantivo – propõem que adjetivos mais pesados, com maior número de sílabas em relação aos substantivos que caracterizam, venham normalmente pospostos.

“enfeitam-se bolos para casamento em Casa **particular**” (Diário de Notícias/XIX)

De modo geral, os autores constataram que a anteposição do adjetivo vem perdendo força ao longo dos últimos quatro séculos. Por outro lado, Callou *et. al.* (2003) também concluíram que o tipo do adjetivo, a dimensão em relação ao substantivo, a época e o tipo de texto foram as variáveis que condicionaram a regra da anteposição do termo adjetivo em relação ao núcleo do SN que se caracteriza.

Em relação ao tipo do adjetivo, os avaliativos apareceram mais frequentemente à esquerda do núcleo do SN; quanto à dimensão em relação ao substantivo, os adjetivos com maior número de sílabas – fonicamente mais pesados – apareceram preferencialmente depois do núcleo substantivo; no que se refere à época, os autores confirmaram que a posição anteposta do adjetivo passa a ser menos frequente a partir do século XIX; e, ainda no contexto de sua análise variacionista, Callou *et. al.* (2003) concluíram que a posição anteposta do adjetivo apareceu mais frequentemente em revistas e anúncios e menos frequentemente em editoriais, e que talvez, por serem os últimos um tipo de texto mais formal e com maior grau de objetividade, a anteposição do adjetivo tenha ganhado menos espaço.

Na mesma toada variacionista, vejamos o trabalho de Callou e Rumeu (2021), cujo objetivo principal é descrever a colocação do adjetivo no SN entre fins do século XIX e início do século XX, de modo a comparar a posição variável (anteposta/posposta) do adjetivo no contexto adnominal em textos de dois redatores brasileiros oriundos de diferentes estados do país: um do Rio de Janeiro (RJ) e outro de Minas Gerais (MG). Trata-se de um estudo quantitativo em que as autoras analisam missivas escritas por Carlos Aguiar, nascido no RJ em 1844; e missivas escritas por João Pinheiro, nascido em

MG em 1860. A amostra analisada pelas autoras, portanto, é constituída por cartas de amizade endereçadas a pessoas ilustres. No RJ, Carlos Aguiar escreve a Rui Barbosa; em MG, João Pinheiro escreve a várias personalidades.

A amostra de cartas cariocas é constituída por 24 cartas pessoais, enquanto a amostra de cartas mineiras é constituída por 43. De posse desse material, as autoras constataram que nas cartas cariocas, escritas entre 1886-1907, a posposição (51%) se sobressaiu em relação à anteposição do adjetivo (42%) e que os adjetivos que admitem variação de colocação correspondem a apenas 7% das ocorrências. Nas cartas mineiras, Callou e Rumeu (2021) verificaram que a posposição (63%) também prevaleceu sobre a anteposição (31%) e que a ordenação variável se deu em apenas 6% dos casos. Como vemos, as contatações a que chegaram Callou e Rumeu (2021) parecem coincidir com os resultados alcançados por Callou *et. al* na medida que ambos os trabalhos demonstram que, de modo geral, a anteposição passou a ser menos frequente que a colocação posposta do adjetivo a partir do século XIX.

Em relação aos lexemas que assumem uma posição variável, as autoras reportaram o seguinte: nas cartas cariocas, a anteposição (75%) do adjetivo prevaleceu sobre a posposição (25%), tanto quando os adjetivos apareceram como avaliativos (56,82%) quanto quando apareceram como descritivos (18,18%); nas cartas mineiras, a anteposição dos lexemas variáveis representou 51% das ocorrências ao passo que a posposição se deu em 49%, de modo que esse equilíbrio parece sinalizar para o fato de que os dados da amostra mineira variam mais se comparada à carioca.

Podemos, então, resumir os resultados a que chegaram Callou e Rumeu (2021), em sua análise variacionista, da seguinte forma: i) há uma retração na anteposição do adjetivo que data do século XVII e persiste até hoje; ii) com a queda gradual da anteposição, a posposição se acentuou a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX; III) a anteposição (75%) dos lexemas variáveis é maior na amostra carioca e independe da natureza semântica do adjetivo; iv) as autoras notam que a predominância da posposição pode ser condicionada pela regra de anteposição do sujeito ao verbo que está ligada a uma série de outros processos de mudança.

Por fim, passemos à apresentação dos parâmetros teóricos e metodológicos da Teoria da Variação e da Mudança Linguística que fundamenta a análise que será desenvolvida neste artigo.

4. A teoria e o método: a perspectiva da sociolinguística variacionista.

A sociolinguística variacionista parte da percepção empírica de que os processos de variação e mudança linguísticas são inerentes à língua, de modo que esses fenômenos passam a ser interpretados não como “acidentes” ou “anomalias” que corrompem o sistema linguístico, mas, ao contrário, como engrenagens que avalizam o seu funcionamento (TARALLO, 2007). Nessa perspectiva, todas as línguas naturais estão sujeitas à variação e à mudança linguísticas e esses processos dependem tanto de fatores internos, quanto daqueles externos ao sistema linguístico. Por fatores externos, entendemos a conjuntura social na qual os falantes se encontram, que incide diretamente sobre os usos que fazem da sua própria língua.

Nesse sentido, a perspectiva variacionista considera que toda língua varia e muda em decorrência do entrecruzamento de fatores propriamente linguísticos – internos ao sistema linguístico –, como os de natureza morfológica, sintática, semântica, fonética/fonológica e discursiva – e fatores sociais – externos à língua –, tais como categorias sociodemográficas como idade, sexo/gênero, escolaridade e região. Assim, do ponto de vista variacionista, é a partir da análise da correlação entre variáveis linguísticas e variáveis sociais que desfazemos o suposto “caos” linguístico, de modo a constatar que a variação e a mudança organizam, sistematizam e concebem a língua tal qual falamos/usamos (TARALLO, 2007).

Nascida nos Estados Unidos (EUA) e tendo como um de seus principais expoentes o linguista William Labov, a Teoria da Variação e da Mudança Linguística instaurou um novo olhar sobre a língua(gem). Se antes ela era vista como um sistema homogêneo, sem interferências externas, a aparição da sociolinguística traz à baila a variação e a mudança linguísticas como atributos inegavelmente ligados ao funcionamento do sistema linguístico, por meio da associação entre as categorias linguísticas e a dimensão social na qual elas são usadas (BRAVIN, 2012; LABOV, 2008), como referimos antes. De lá para cá – isto é, do primeiro estudo desenvolvido por Labov, em 1963, até hoje (TARALLO, 2007) –, além de outros do próprio Labov, muitos outros estudos foram sendo desenvolvidos em diferentes comunidades linguísticas, o que tem ajudado a compreender o modo pelo qual as diferentes línguas e dialetos se constituem e funcionam nos seus mais diferentes níveis de análise: morfossintático, semântico, fonético/fonológico e aí por diante.

Se é verdade que para o pai da linguística moderna o ponto de vista é que cria o objeto dentro da ciência linguística (SAUSSURE, 2012), também é verdade que para a sociolinguística variacionista o objeto não pode ser previamente definido pela teoria e pelo método que o estudam. Seguindo o raciocínio de Tarallo (2007), se tentássemos definir o objeto de estudo da sociolinguística a partir da formulação de um arcabouço teórico-metodológico que o precedesse, poderíamos incorrer na falha de não conseguir captar todas as ocorrências possíveis do objeto em análise. Desse modo, da nossa perspectiva, a teoria e o método variacionistas resultam da natureza do nosso objeto: a língua vernacular, usada nas mais diferentes situações sociocomunicativas e empregada pelos mais diferentes usuários da língua. Portanto, a relação entre língua e sociedade, a partir de Labov (2008), se vê não apenas possível, mas necessária. A variação e a mudança estão intimamente relacionadas a fatores sociais que as engendram, de modo que a interação entre variáveis linguísticas e sociais não deve ser colocada em segundo plano na descrição e na análise da língua em seus usos reais.

Tendo em vista o conhecimento linguístico produzido no âmbito de dois diferentes estudos variacionistas sobre a colocação variável do adjetivo no SN e uma breve discussão sobre a Teoria da Variação de orientação Loboviana, conforme apresentamos acima, vejamos a seguir como se caracteriza o *corpus* que serviu de base para a nossa análise.

5. A amostra: os autos de um processo judicial oitocentista

Nas considerações iniciais, esclarecemos que o nosso interesse recai sobre a posição variável (anteposta/posposta) do adjetivo no interior do SN em um processo judicial oitocentista. Se alguém nos perguntasse sobre a razão que fundamenta a escolha desse *corpus* para a análise da nossa variável, responderíamos que reaver documentos jurídicos, especialmente processos judiciais, escritos no Brasil em tempos passados é trazer à tona contextos sociais, políticos, jurídicos e linguísticos que nos ajudem a entender quem fomos e por que somos como somos (AMARAL, 2021). Do ponto de vista estritamente linguístico, textos jurídicos antigos podem fornecer dados concretos sobre como a língua que falamos/escrevemos era usada em sincronias passadas, e até que ponto as escolhas linguísticas de outros tempos moldam ou se relacionam às escolhas linguísticas que fazemos hoje.

O nosso *corpus*, então, é constituído pelos autos do processo de execução movido pelo Capitão Antonio da Silva Prado contra o Sargento mor Ignacio de Araújo Ferraz Prado em 1821, na primeira metade do século XIX. O Capitão Antonio da Silva Prado era Socio Caixa dos Contractos do Novo Imposto de Meia Sisa dos escravos ladinos e moveu a ação de execução entre partes em face do Sargento mor Ignacio de Araújo Ferraz Prado pelo fato desse último não ter feito o repasse da arrecadação do tributo em Villa Bella da Princeza, província de São Paulo (AMARAL, 2021). O *corpus* consultado, portanto, foi definido com base num trabalho conjunto entre a Filologia e o Direito, de modo que permite recuperar fatos históricos, sociais, políticos, econômicos, jurídicos, culturais e também linguísticos.

Em relação à variável linguística investigada neste artigo, o processo judicial em questão suscita muitas curiosidades, pois data da primeira metade do século XIX. Para verificar como se dava a colocação do adjetivo no contexto adnominal na ação de execução entre partes de 1821, partimos do levantamento de SNs constituídos por adjetivo em 20 dos 40 fólhos do processo. A estrutura dos SNs levantados segue a mesma lógica de estruturação básica definida por Callou *et. al.* (2003) no contexto de sua pesquisa:

- a) ADJETIVO + SUBSTANTIVO
- b) SUBSTANTIVO + ADJETIVO

Assim como os autores, consideramos também em nosso levantamento SNs que dispunham das seguintes combinações encontradas no *corpus*:

- c) ADJETIVO+SUBSTANTIVO+ADJETIVO
- d) ADJETIVO+ADJETIVO+SUBSTANTIVO
- e) SUBSTANTIVO+ADJETIVO+ADJETIVO

Vejamos alguns SNs extraídos do *corpus* e configurados conforme os modelos acima:

1. “[...] aquelles aquém, ante, e perante quem, e a cada hum dos quaij’ esta Minha, e maij’ **verdadeira Carta** [...]” (Processo de Execução entre Partes, 1821, fól. 2r, L. 59³)

³ Esses dados se referem à localização do SN no *corpus*, o que quer dizer que o sintagma “verdadeira Carta” pode ser encontrado no fólho 2r sobre a linha 59 do texto. Lembramos que o processo/*corpus* de onde foram

2. “[...] de acção de **penhora executiva**, extrahida, e resumida do processo [...]” (Processo de Execução entre Partes, 1821, fól. 2r, L. 60)
3. “§ Segundo assim se continha, e declarava em a **dita obrigação incluza** a aquela Petição [...]” (Processo de Execução entre Partes, 1821, fól. 4v, L. 183)
4. “do Ministro actual com Licença na Corte do Rio de Janeiro, tudo pelo **mesmo Serenissimo Senhor** que Deos guarde et. Cetera.” (Processo de Execução entre Partes, 1821, fól. 13r, L. 604)
5. “[...] Nicoláo de Sequeira Queiróz, Ouvidor geral, e **Juiz Executor interino** da Real Fazenda [...]” (Processo de Execução entre Partes, 1821, fól. 7r, L. 301)

Baseando-nos nos traços definidos por Perini (2005) para identificar o potencial funcional das palavras que compõem as classes dos adjetivos e substantivos, podemos representar a configuração sintagmática de cada um dos dados linguísticos exemplificados acima da seguinte forma:

Em (a), “verdadeira Carta”: PN+N (núcleo do SN)

Em (b), “penhora executiva”: N+Mod (modificador do núcleo do SN)

Em (c), “dita obrigação incluza”: PN+N+Mod

Em (d), “mesmo Serenissimo Senhor”: PN+PN+N

Em (e), “Juiz Executor interino”: N+Mod+Mod

Se o objetivo inicial era o de verificar uma possível alternância de posição do adjetivo representada por ADJ-SUBT/SUBST-ADJ, os exemplos acima parecem sinalizar, de fato, para a colocação variável do adjetivo no contexto adnominal, uma vez que constatamos tanto a ocorrência do adjetivo anteposto – como em 1, 3 e 4 – quanto a ocorrência do adjetivo posposto ao núcleo do SN que ele modifica – como em 2, 3 e 5.

Além do mais, tomando por base os resultados de Callou *et al.* (2003) e Callou e Rumeu (2021) a respeito da retração da anteposição do adjetivo ao longo do tempo, mais acentuadamente a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, levantamos também a hipótese de que a colocação anteposta do adjetivo na amostra possa se sobressair em termos de ocorrência em relação à posposição, uma vez que (i) o período

extraídos os dados linguísticos desta pesquisa foi consultado dentro da dissertação de mestrado de Amaral (2021).

em que o texto foi escrito (data da primeira metade do século XIX e não da segunda) e (ii) o tipo de texto (em geral, os textos de natureza jurídica tendem a recorrer a estratégias linguísticas para realçar fatos, ideias e pontos de vista e constroem narrativas que levam ao convencimento de seus interlocutores) podem se constituir como fatores que condicionam a anteposição do adjetivo na amostra analisada.

Com base nessa breve descrição do *corpus*, passemos, finalmente, à análise dos dados encontrados nos 20 fólios dos autos de execução entre partes editado por Amaral (2021).

6. A ordenação do adjetivo em contexto adnominal: uma breve análise dos autos de um processo judicial oitocentista.

No levantamento dos SNs constituídos por adjetivo, feito em um recorte de 20 fólios do processo judicial oitocentista, registramos um total de 337 ocorrências do adjetivo em contexto adnominal, distribuídas entre 167 ocorrências do adjetivo anteposto e 170 do adjetivo posposto ao núcleo do SN. Vejamos a distribuição geral dos dados e seus respectivos percentuais na tabela a seguir:

Tabela 1: distribuição dos dados de adjetivos antepostos e pospostos ao SN, nos 20 primeiros fólios do processo oitocentista.

POSIÇÃO DO ADJ.	OCORRÊNCIAS	%
ANTEPOSTO	167/337	49,5
POSPOSTO	170/337	50,5
TOTAL	337	100

Elaborada pelo autor.

Ao extrair os dados de anteposição e posposição, nos deparamos com ocorrências como as seguintes:

6. “[...] e diretamente deva, e haja de pertencer o Seu **devido efeito, inteiro cumprimento**, plenaria, e **real execução** della, e com ella da Minha parte se vos pedir [...]” (Processo de Execução entre Partes, 1821, fól. 2v, L. 66-68)
7. “[...] **[no prazo] convencionado** na refferida obrigação, e semelhantef dividaf [...]” (Processo de Execução entre Partes, 1821, fól. 3v, L. 114)

8. [...] “[fora]] passada a **Requerida Carta Precatoria** que sendo assignada, e sellada por aquelle dito Meu Ministro [...]” (Processo de Execução entre Partes, 1821, fól. 5v, L. 214)

Em 6, os adjetivos “devido”, “inteiro” e “real” aparecem na função de PN no interior de cada um dos sintagmas e caracterizam os seus núcleos nominais, os substantivos “effeito”, “cumprimento” e “execução”, respectivamente. Em 7, vemos que o adjetivo “convencionado” assume a função de modificador do núcleo nominal que o antecede (“prazo”). Em 8, notamos a presença de dois adjetivos que orbitam o núcleo do SN: o primeiro, “Requerida”, desempenha a função de PN ao passo que o segundo, “Precatoria”, modifica o substantivo “Carta”. Portanto, em 6, ocorre anteposição; em 7, posposição; e, em 8, a anteposição e a posposição ocorrem simultaneamente. De modo geral, esses foram os tipos de ocorrências registradas na amostra.

Assim como constataram Callou *et. al.* (2003) e Callou e Rumeu (2021), vemos que a posposição (50,5%) se sobressai em relação à anteposição (49,5%) do adjetivo no contexto adnominal (ver Tabela 1), de modo que os dados refutam a hipótese inicial de possível sobreposição do adjetivo anteposto, pelo menos dentro do recorte (20 fólios) analisado. No entanto, vemos também que há intensa variação entre os dados, uma vez que as ocorrências da anteposição e da posposição se mostram equilibradas no *corpus* jurídico em análise, o que confirma a alternância representada por ADJ-SUBT/SUBST-ADJ.

De um lado, podemos considerar que os resultados encontrados estão em consonância com as evidências trazidas por outros autores, bem como Callou *et. al.* (2003) e Callou e Rumeu (2021). Embora eles tenham alertado para o fato de que a retração da anteposição do adjetivo se potencializou a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, os autores demonstraram que a queda da anteposição já vinha acontecendo desde o século XVII. Isso quer dizer, portanto, que a partir da primeira metade do século XIX, data em que o processo de execução entre partes foi escrito, a anteposição do adjetivo parece já ter perdido força, ao passo que a posposição crescia. Esse fato pode explicar, então, a leve sobreposição do adjetivo posposto em relação ao anteposto na nossa amostra.

Por outro lado, se compararmos os resultados a que chegamos com os resultados alcançados por Callou e Rumeu (2021), vemos que a variação é mais intensa nos dados da nossa amostra: Callou e Rumeu (2021) constataram que nas cartas cariocas, escritas

entre 1886 e 1907, a posposição atingiu um percentual de 51% e a anteposição um percentual de 42% do total de ocorrências, e nas cartas mineiras a posposição chegou a um percentual de 63% e a anteposição a 31% do total de ocorrências. Na nossa amostra de dados oitocentistas, contudo, a diferença no número de ocorrências (170 para posposição e 167 para anteposição) e nos percentuais (50,5% para posposição e 49,5% para anteposição) foi bem menos brusca. Isso parece sinalizar para o fato de que a época em que o processo foi escrito – isto é, a primeira metade do século XIX –, e o tipo de texto com o qual nos deparamos – o texto jurídico, que é profundamente narrativo, realçando informações, fatos e acontecimentos para convencer seu público – são fatores que podem, em algum nível, evidenciar a anteposição, mesmo que esse uso já estivesse em declínio. Desse modo, a acirrada variação na posição do adjetivo no interior do SN (anteposto/posposto) parece ter relação com o período histórico e o tipo de texto (jurídico), o que merece futuras análises para a devida testagem a partir da qual possamos ampliar as variáveis linguísticas e extralinguísticas para a regra variável em questão.

Considerações finais

O nosso objetivo neste trabalho foi o de descrever/identificar a variabilidade de posição do adjetivo no SN nos autos de um processo de execução entre partes datado da primeira metade do século XIX. Escrito em 1821, o documento tomado como *corpus* é uma fonte de dados históricos, sociais, políticos, econômicos, jurídicos e linguísticos. Como fonte de dados linguísticos, representa um texto cuja expressão revela particularidades linguísticas de sincronias passadas, o que pode ajudar a compreender processos de variação e mudança linguísticas ocorridos em outras sincronias.

Para cumprir com o nosso objetivo principal, partimos da tradição (CUNHA; CINTRA, 2016), passamos pela descrição (PERINI, 1995) e por estudos variacionistas (CALLOU *et. al.*, 2003; CALLOU; RUMEU, 2021) com a intenção de recorrer ao conhecimento prescritivo fornecido e ao conhecimento descritivo/sociolinguístico, respectivamente, em relação à regra variável investigada neste artigo. Depois, apresentamos os pressupostos teóricos e metodológicos da sociolinguística variacionista (LABOV, 2008; TARALLO, 2007), considerando que fatores de natureza social (extralinguística) tendem a influenciar os usos linguísticos. Em seguida, partimos para a descrição da amostra selecionada na pesquisa e para a análise dos dados encontrados,

levando em conta resultados alcançados em estudos já realizados sobre a posição variável do adjetivo no SN em outros *corpora*.

Em termos gerais, verificamos que a posposição se sobressaiu em relação à anteposição do adjetivo na nossa amostra, o que está em consonância com os resultados alcançados nos trabalhos de Callou *et. al.* (2003) e Callou e Rumeu (2021). No entanto, constatamos, ainda, que houve intensa variação entre os dados, o que confirma a hipótese de alternância entre anteposição e posposição no *corpus* jurídico.

Além do mais, consideramos que a intensa variação registrada no levantamento dos dados da nossa amostra pode ser explicada em função dos seguintes aspectos: (i) a época em que o texto foi concebido (1821), uma vez que a retração da anteposição do adjetivo só se acentua a partir da segunda metade do século XIX e início do XX; e (ii) o tipo de texto – o texto jurídico é essencialmente narrativo/persuasivo. Entendemos que esses fatores possivelmente condicionaram a anteposição que já estava em declínio, de modo que a variação entre a colocação anteposta e posposta do adjetivo no interior do SN se mostrou acirrada.

Como observamos ao longo deste trabalho, mesmo num nível fundamentalmente gramatical de estudo da língua – o morfossintático – e mesmo em textos antigos que se valem de um alto grau de monitoramento linguístico – como tendem a ser os textos jurídicos –, a língua está sujeita à variação e à mudança linguísticas. A intensa variação entre anteposição e posposição do adjetivo no SN em texto jurídico oitocentista parece reforçar o caráter variável da língua e nos convoca a pensar as implicações discursivas e comunicativas dessa e de outras formas em variação e em processo de mudança na língua.

Referências bibliográficas

AMARAL, Ana Carolina Estremadoiro Prudente do. **Filologia e Direito na edição e análise de um processo judicial de execução entre partes de 1821 com penhora de escravizados**: encontros. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, 2021.

CALLOU, Dinah *et. al.* A posição do adjetivo no sintagma nominal: duas perspectivas de análise. *In.*: BRANDÃO, S.; MOTA, M. A. (Orgs.). **Análise Contrastiva de Variedades do Português**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003, p. 11-35.

CALLOU, Dinah; RUMEU, Márcia. Acerca da posição do adjetivo no sintagma nominal: variação e/ou mudança? **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 7, pp. 234-253, 2021.

CUNHA, C; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7a ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 2a ed. São Paulo: Ática, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

TARALLO, Fernando Luiz. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.